

## PROVAS OBJETIVAS -- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Imaginar é um dom comum a todos os seres humanos — e também uma daquelas características que nos diferenciam dos outros animais, incapazes de atingir esse nível de abstração. Apesar disso, a criatividade parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões artísticas ou inventivas.

Isso não é verdade. Nas últimas décadas, a psicologia e a neurociência começaram a desvendar o processo de surgimento de ideias originais no nosso cérebro — e descobriram estratégias que qualquer um pode adotar para aperfeiçoar a própria capacidade criativa, mesmo que você se considere desprovido desse traquejo.

O que se pode chamar de estudo científico da criatividade começou só na década de 1950, quando o psicólogo americano J. P. Guilford publicou as bases desse campo de pesquisa. Ele se interessou em responder uma pergunta essencial: de onde vêm as ideias criativas?

Para isso, Guilford propôs que o raciocínio humano se divide em dois tipos: o convergente e o divergente. Ambos podem ser usados para resolver problemas ou chegar a conclusões após uma análise, mas funcionam de maneira bem diferentes.

O pensamento convergente é aquele que busca uma única solução para um impasse específico. Ele segue uma ordem estruturada, avançando e refinando uma mesma ideia em vez de experimentar várias resoluções diferentes. Pense, por exemplo, numa questão de uma prova de matemática. Pode até haver várias maneiras de se chegar ao resultado, mas o mais fácil (e comum) é escolher um único método e seguir com ele até o final.

Já o pensamento divergente é mais fluido e caótico: ele explora diversas ideias diferentes ao mesmo tempo, muitas vezes misturando as soluções e conectando-as de maneiras pouco óbvias. É o raciocínio típico dos *brainstormings*, por exemplo. Segundo Guilford, a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente. Ao fazer conexões entre coisas aparentemente desconexas, criamos ideias inéditas. Até hoje, essa explicação é a mais aceita pelos cientistas.

Bruno Carbinatto. *Penso, logo crio*. In: *Revista Superinteressante*, jan./2025. Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

Em relação às ideias veiculadas no texto precedente, bem como a seus aspectos linguísticos, julgue os seguintes itens.

- 1 É opcional o emprego do acento indicativo de crase no vocábulo “àqueles” (último período do primeiro parágrafo).
- 2 De acordo com o texto, muitas pessoas descreem da própria capacidade criativa.
- 3 No quinto parágrafo, os termos “aquele” (primeiro período) e “Ele” (segundo período) têm o mesmo referente.
- 4 Entende-se da leitura do texto que a criatividade é fruto da combinação entre os pensamentos convergente e divergente.
- 5 O autor do texto argumenta contra a proposta de J. P. Guilford sobre o raciocínio humano.
- 6 No texto, o pensamento convergente é apresentado como mais complexo para os seres humanos que o divergente.
- 7 No primeiro período do texto, o termo “incapazes” refere-se ao substantivo “animais”.
- 8 No trecho “ou chegar a conclusões após uma análise” (segundo período do quarto parágrafo), o verbo “chegar” poderia ser flexionado no plural — **chegarem** — sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do texto.

A inteligência artificial (IA) generativa cresce exponencialmente, promovendo benefícios que vão da automatização de processos à geração de *insights* estratégicos. No entanto, essa expansão também amplia os desafios da segurança cibernética, de modo que se torna essencial a adoção de medidas preventivas.

A Associação de Defesa de Dados Pessoais e do Consumidor (ADDP) aponta que os crimes cibernéticos aumentaram 45% no Brasil em 2024. Isso significa que uma em cada quatro pessoas é alvo de golpes. *Hackers* estão se adaptando e usando IA para criar ataques mais sofisticados e difíceis de identificar.

Um exemplo de ataque mais sofisticado e difícil de identificar é o que ocorre por meio do uso das *deepfakes*, tecnologia que se vale da IA para criar imagens e áudios falsos que parecem reais. Segundo a Sumsb, plataforma de verificação de identidade, essa prática cresceu 830% no Brasil entre 2022 e 2023. Trata-se de uma tática para manipular informações, explorar a credibilidade de figuras públicas e induzir fraudes. Não à toa, as imagens de pessoas famosas e celebridades são muito utilizadas por criminosos nessa abordagem.

Os ataques de *phishing* também se tornaram mais sofisticados. A consultoria de cibersegurança Redbelt Security estima que mais de 3,5 milhões de brasileiros tenham sido vítimas desse tipo de golpe em 2023. O crescimento de dispositivos conectados e da coleta constante de dados sensíveis aponta, mais do que nunca, para a necessidade de uma proteção digital reforçada.

Internet: <olhardigital.com.br> (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem, referentes às ideias e a aspectos linguísticos do texto apresentado.

- 9 No último período do terceiro parágrafo, o termo “utilizadas” está flexionado no feminino plural porque estabelece concordância com “pessoas famosas e celebridades”.
- 10 Segundo o texto, a IA generativa tem crescido de forma exponencial, assim como a adoção de medidas de segurança cibernética.
- 11 O verbo “induzir” (terceiro período do terceiro parágrafo), na acepção em que está empregado no texto, comporta-se como transitivo direto, não admitindo, portanto, que seu complemento seja introduzido pela preposição **a**.
- 12 De acordo com o texto, os crimes cibernéticos em que se utiliza a tecnologia *deepfake* são os que mais crescem no Brasil.
- 13 Conclui-se do texto que o Brasil lidera o *ranking* mundial de fraudes cometidas em ambiente virtual baseadas na utilização de imagens de pessoas famosas e celebridades.
- 14 A substituição de “Isso” (segundo período do segundo parágrafo) por **O que** prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 15 No primeiro período do terceiro parágrafo, a supressão da expressão “é o que” alteraria as relações sintáticas entre elementos do período, mas manteria a coerência das ideias e a correção gramatical do texto.
- 16 O emprego de travessão no lugar da vírgula após “*deepfakes*” (primeiro período do terceiro parágrafo) manteria a correção gramatical do texto sem prejuízo de seu sentido original.
- 17 Em “Trata-se de uma tática” (terceiro período do terceiro parágrafo), o vocábulo “se” funciona como pronome apassivador.
- 18 Na expressão “Não à toa” (último período do terceiro parágrafo), é facultativo o emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo “à”.

Julgue os itens seguintes com base no **Manual de Redação da Presidência da República**.

- 19 No corpo do texto de uma correspondência oficial, os pronomes de tratamento podem ser empregados em sua forma abreviada ou por extenso.
- 20 Nas comunicações oficiais, deve-se evitar o emprego de palavras e expressões simples, assim como o de frases curtas.

P: “Não quero debate, mas não tenho receio de debater.”

Com base na proposição P precedente, julgue os itens que se seguem, referentes a aspectos atinentes à lógica sentencial.

- 21 A proposição P é equivalente à negação de “Se não quero debate, então tenho receio de debater.”.
- 22 A tabela-verdade associada à proposição P tem mais de 5 linhas.
- 23 “Não quero debate” é condição suficiente para a veracidade da proposição P.

Julgue os itens a seguir, considerando que, em uma entrevista com 60 pessoas, 17 tenham informado que gostam de dirigir e 53 tenham informado que sentem nervosismo ao dirigir.

- 24 Se uma das pessoas entrevistadas for escolhida aleatoriamente, a probabilidade de ela ter informado que gosta de dirigir é superior a 1/4.
- 25 Conclui-se das informações apresentadas que não há, entre as pessoas entrevistadas, quem tenha informado que não gosta de dirigir e que não sente nervosismo ao dirigir.
- 26 Pelo menos 10 entre as pessoas entrevistadas informaram tanto gostar de dirigir quanto sentir nervosismo ao dirigir.

Acerca da ética no serviço público, julgue os itens que se seguem.

- 27 A moralidade é princípio que rege a atuação da administração pública.
- 28 Advertência, suspensão e demissão são penas aplicáveis ao servidor público pela comissão de ética.
- 29 A função pública é segregada da vida particular do servidor público, razão pela qual fatos e atos verificados em sua vida privada não interferem no bom conceito de sua vida funcional.
- 30 O Código de Ética Profissional do Serviço Público (Decreto n.º 1.171/1994) estabelece como dever fundamental do servidor público a imediata comunicação a seus superiores de qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, bem como a exigência das providências cabíveis.
- 31 Para fins de apuração do comprometimento ético, só é considerado servidor público aquele que, após aprovação em concurso público, preste serviços de natureza permanente, com retribuição financeira, a órgão do poder estatal.
- 32 Ao servidor público é defeso ser, em decorrência do seu espírito de solidariedade, conivente com condutas imorais, ilegais ou aéticas no exercício da função pública.

Considerando as disposições da Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens a seguir.

- 33 A penalidade de suspensão aplicável ao servidor público não poderá exceder o prazo de 90 dias.
- 34 Zelar pela economia do material utilizado no exercício de suas funções constitui um dos deveres do servidor público.
- 35 A restituição dos valores de indenização pagos pelo Estado a particular em razão de danos causados a este devido a ato doloso praticado por servidor público será, preferencialmente, realizada mediante desconto na remuneração do servidor.

A partir das disposições da Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e da Lei n.º 12.813/2013 (Lei de Conflito de Interesses), julgue os itens seguintes.

- 36 A prestação de serviços, ainda que eventuais, por agente público a empresa cuja atividade seja fiscalizada pelo ente ao qual o agente público está vinculado constitui situação de conflito de interesses.
- 37 A voluntariedade do agente na prática de um ato de improbidade administrativa é condição insuficiente para caracterizar o dolo para fins de responsabilização nos termos da Lei de Improbidade Administrativa.
- 38 A apresentação da declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza é exigida para a posse de agente público e para o seu exercício no cargo público.
- 39 A conduta de servidor público permitir, de forma dolosa, a locação de bem patrimonial do Estado por preço inferior ao de mercado consiste em ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- 40 A ocorrência de lesão ao patrimônio público é indispensável para a caracterização de situação de conflito de interesses.

Julgue os próximos itens, relativos ao ambiente Windows, ao Microsoft Office e a redes de computadores.

- 41 LAN é uma rede de computadores geralmente restrita a um único ambiente físico, como um escritório ou uma escola, permitindo a comunicação entre dispositivos locais.
- 42 Em redes de computadores, o endereço IP é definido como o protocolo responsável pela conversão de nomes de domínio em endereços físicos de dispositivos.
- 43 No Windows 10, o recurso Visão de Tarefas permite visualizar, em segundo plano, as tarefas que estão sendo executadas pelo Gerenciador de Tarefas.
- 44 Ao se utilizar a função SOMASE do Excel 2019, caso haja um critério que inclua símbolos lógicos ou matemáticos, ele deve estar entre aspas duplas.
- 45 Considere que, em uma planilha do Excel 2019, nas células de A2 até A200 da coluna A, estejam registrados diferentes tipos de crimes, nomeados como furto, roubo, homicídio etc., e, nas células de B2 até B200 da coluna B, as datas de ocorrências desses crimes. Nessa situação, para contar quantas vezes o crime de furto aparece registrado nessa planilha, é correto utilizar a fórmula =CONT.SE(A2:A200;“furto”).

Acerca da organização e do gerenciamento de arquivos, de tipos de *malware* e do armazenamento de dados em nuvem, julgue os itens subsequentes.

- 46 No armazenamento de dados em nuvem, a escalabilidade de recursos pode ser automática, conforme a demanda.
- 47 No Explorador de Arquivos do Windows 10, é possível, depois de selecionadas as opções correspondentes, exibir arquivos ocultos e extensões de nomes de arquivos.
- 48 O armazenamento de dados em nuvem pública garante total controle físico dos dados pelo usuário, o que melhora a segurança da informação.
- 49 *Rootkit* é um conjunto de ferramentas que permite ao atacante ocultar a presença de outros *malwares*, contudo sua principal fragilidade é a facilidade de ser detectado.
- 50 *Ransomware* é um tipo de *malware* que não pode ser propagado por *phishing*, mas bloqueia o acesso ao sistema ou criptografa os arquivos da vítima, sendo exigido um pagamento de resgate para que o acesso seja restaurado.

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), julgue os itens seguintes, relativos a noções de direito constitucional.

- 51** Nos presídios, o procedimento de revista em criança, adolescente ou pessoa com deficiência intelectual que não possa expressar seu consentimento válido deve ser substituído pela revista invertida, que é direcionada à pessoa a ser visitada.
- 52** Norma estadual ou municipal que proíbe o uso da linguagem neutra de gênero nas instituições de ensino e nos órgãos públicos é inconstitucional, por invadir competência legislativa da União.
- 53** Compete ao presidente da República expedir instruções para a execução de leis, decretos e regulamentos.
- 54** Conforme o entendimento jurisprudencial do STF, a candidatura aos cargos de presidente ou de vice-presidente da República é permitida a indivíduos que não tenham filiação partidária.
- 55** O Distrito Federal possui as mesmas competências legislativas dos estados, porém, por não ser dividido em municípios, não pode legislar a respeito de matérias afetas aos municípios.

Acerca da previdência social, das finanças públicas, dos orçamentos e dos servidores públicos, julgue os itens que se seguem, de acordo com a CF e a jurisprudência aplicável do STF.

- 56** Lei estadual não pode estabelecer a inclusão de verbas remuneratórias para servidores públicos como exceção ao teto constitucional.
- 57** As normas de gestão financeira e patrimonial da administração pública direta e indireta devem ser estabelecidas por lei ordinária específica.
- 58** Com o objetivo de regular a taxa de juros, o Banco Central do Brasil pode comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional.
- 59** Qualquer benefício que venha a substituir o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado da previdência social não poderá ser estabelecido em valor mensal inferior ao salário mínimo.

Julgue os itens subsequentes, relativos a noções de direito administrativo.

- 60** São classificados como atos de gestão os atos administrativos que se destinam a dar andamento aos processos e documentos que tramitam na administração pública, preparando-os para posterior decisão de mérito a ser proferida pela autoridade competente.
- 61** A criação do Departamento de Polícia Federal (DPF) é exemplo de desconcentração administrativa, uma vez que o DPF não goza de personalidade jurídica própria.

A respeito de licitações, controle da administração pública e responsabilidade civil do Estado, julgue os itens a seguir.

- 62** O controle legislativo sobre os atos da administração pública federal é exercido pelo Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), competindo a este último, entre outras atribuições, fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- 63** A CF adota como regra a responsabilidade civil objetiva do Estado, com fundamento na teoria do risco integral, nas hipóteses em que um agente público, por meio de ação comissiva, causar dano a particular, bastando, para fins de responsabilização do Estado, a comprovação do dano e da atuação administrativa.
- 64** É permitido ao administrador público, com justificativa no interesse público e na particularidade do caso concreto, combinar duas das modalidades de licitação previstas em lei.
- 65** A contratação direta por inexigibilidade de licitação é admitida quando há inviabilidade de competição, ao passo que, nos casos de contratação direta por dispensa de licitação, existe a possibilidade de competição que justifique a licitação, todavia a lei autoriza que a administração pública opte pela realização, ou não, do procedimento licitatório.

Julgue os próximos itens, referentes ao tratamento de dados pessoais, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e ao processo administrativo federal, consoante a Lei n.º 9.784/1999.

- 66** A competência, no âmbito do processo administrativo federal, é irrenunciável e exercida pelos órgãos administrativos aos quais foi atribuída como própria, ressalvados os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.
- 67** A LGPD veda o tratamento de dados pessoais sensíveis, podendo tal tratamento ocorrer na hipótese exclusiva de o titular ou seu responsável legal consenti-lo, de forma específica e destacada, para finalidades específicas.

Em relação aos princípios da administração pública e às disposições do Decreto n.º 9.830/2019, julgue os itens seguintes.

- 68** A motivação de uma decisão administrativa deve ser específica, não podendo ser constituída por declaração de concordância com o conteúdo de notas técnicas, pareceres, informações, decisões ou propostas que tenham precedido a decisão.
- 69** Em decorrência do princípio da motivação, a administração pública deve indicar os fundamentos de fato e de direito de suas decisões, não se exigindo, em regra, formalidade específica.

Julgue os itens subsecutivos, acerca das organizações formais modernas e da cultura organizacional.

- 70** A departamentalização funcional tem como vantagens a manutenção do controle e da influência nas funções principais e a geração de eficiência mediante a especialização das atividades.
- 71** Vida confortável, senso de autorrealização e equidade são exemplos de valores terminais da cultura organizacional.
- 72** Entre as desvantagens da departamentalização por cliente, estão a dificuldade na aplicação de mão de obra e a complexidade da cooperação interdepartamental.

A respeito de planejamento estratégico, governança e gestão pública, julgue os itens que se seguem.

- 73** Na elaboração do planejamento estratégico, a análise interna tem por finalidade colocar em evidência as oportunidades e as ameaças da organização, a fim de que esta melhor se posicione no nicho de negócio.
- 74** A geração de valor na gestão pública consiste em gerenciar de forma a alcançar resultados consistentes, assegurando-se, para todas as partes interessadas, a primazia do aumento do valor intangível sobre o tangível.

Julgue os próximos itens, em relação à gestão por processos e à gestão de projetos nas organizações.

- 75** A matriz de rastreabilidade de requisitos tem como objetivo garantir que cada requerimento adicione valor ao objetivo do projeto e esteja perfeitamente conectado ao escopo de atividades.
- 76** A terceira etapa do ciclo PDCA associa-se à coleta de informações referentes aos resultados obtidos, em que se verificam erros e acertos em relação ao planejamento.
- 77** Os custos com refugos, retrabalhos e ações corretivas nos produtos ou serviços atrelam-se aos custos da não conformidade.

Acerca da inovação na gestão pública, julgue os itens subsequentes.

- 78** A inteligência artificial, imune às falhas de controle, pode automatizar tarefas repetitivas, como o processamento de documentos e a geração de relatórios, liberando tempo e recursos para atividades mais estratégicas.
- 79** O uso de maquetes, encenações, fluxogramas e impressões em 3D adequa-se à etapa de prototipação do *design thinking*.

Acerca de recrutamento, seleção, treinamento e desenvolvimento de pessoas, julgue os próximos itens.

- 80** A prática de treinamento e desenvolvimento de pessoas pode promover o aumento da sua capacidade de entregar valor à organização, favorecendo a melhoria das habilidades para lidar com as atribuições e para assumir responsabilidades mais complexas.
- 81** Nos processos de recrutamento e seleção de pessoas, as organizações contemporâneas adotam abordagens tradicionais, centradas no cargo, embora o sistema formal das empresas seja construído de forma vinculada às competências.

No que se refere a gestão de desempenho, motivação e gestão por competências, julgue os itens seguintes.

- 82** A geração de um ambiente de trabalho agradável e seguro, bem como a garantia de relações humanas amistosas e cooperativas, contribui na motivação para o trabalho e no alcance dos objetivos organizacionais.
- 83** A gestão de desempenho é um processo que se limita ao alcance dos objetivos organizacionais e à entrega de resultados, mediante a realização de revisões periódicas e avaliações sistemáticas das pessoas integrantes do processo.
- 84** Usualmente, é adequado que as competências sejam trabalhadas isoladamente nos processos de gestão organizacional, buscando-se identificar e reter talentos individuais para agregar valor aos negócios.

Julgue os itens subsecutivos, acerca do comportamento humano no trabalho, de equipes de trabalho e do gerenciamento de conflitos.

- 85** São denominadas autogeridas as equipes compostas de talentos treinados para desempenhar um conjunto de tarefas independentes em diversas unidades de trabalho.
- 86** O comportamento humano demonstrado no trabalho é decorrente tanto de características inatas, sejam elas biológicas, fisiológicas, físicas ou psicológicas, quanto da aprendizagem oriunda das vivências e experiências obtidas ao longo da vida.
- 87** No mundo contemporâneo, o ideal é a eliminação dos conflitos no ambiente de trabalho, os quais devem ser abordados de forma adequada e reativa.

Julgue os itens a seguir, a respeito de gestão do conhecimento e qualidade de vida no trabalho.

- 88** A qualidade de vida no trabalho extrapola os aspectos inerentes às necessidades, aos valores e às expectativas do indivíduo, abrangendo aspectos relativos à estrutura organizacional, aos sistemas de recompensas e às políticas internas.
- 89** Na atualidade, a gestão do conhecimento está mais vinculada aos recursos tecnológicos disponíveis (*hardware* e *software*) que aos saberes das pessoas.

A respeito de licitações, sistema de registro de preços, celebração e fiscalização de contratos, convênios e instrumentos congêneres da administração pública federal, julgue os itens que se seguem, à luz da Lei n.º 14.133/2021, dos Decretos n.º 11.462/2023 e n.º 11.531/2023 e da Instrução Normativa MPOG n.º 5/2017.

- 90** As sanções a serem aplicadas pela administração pública no âmbito de contratações públicas restringem-se a advertência, multa e impedimento de licitar e contratar.
- 91** Os resultados da aplicação de instrumento para aferição da qualidade da prestação dos serviços contratados não têm o condão de ensejar alteração dos valores financeiros a serem pagos aos fornecedores.
- 92** É vedado à administração pública federal celebrar convênios com entidades privadas sem fins lucrativos para transferências de recursos.
- 93** A planilha de custos e formação de preços apresentada pelos licitantes, nos casos de contratação de serviços de limpeza, será a base da análise da exequibilidade da proposta de preços.
- 94** O fiscal técnico do contrato poderá aceitar a justificativa de fornecedor para a prestação do serviço com menor nível de conformidade que o pactuado, desde que comprovado o caráter excepcional da ocorrência e desde que esta resulte de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador de serviços.
- 95** Em regra, os órgãos da administração pública federal que tenham interesse em aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes devem demonstrar a compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado.

Julgue os próximos itens, referentes a classificação, gestão, recebimento e armazenagem de materiais nas organizações, bem como a gestão patrimonial.

- 96** O método linear de depreciação de bens é o sistema aceito pela Receita Federal do Brasil.
- 97** Na hipótese de recusa parcial de material no ato de seu recebimento, é necessária a emissão de nota fiscal de devolução.
- 98** Itens natalinos apresentam demanda de natureza irregular.
- 99** A curva ABC utiliza os valores unitários dos estoques de cada material como critério de classificação.

Julgue os itens a seguir de acordo com a Lei n.º 14.967/2024, que institui o estatuto da segurança privada e da segurança das instituições financeiras.

- 100** Nas agências bancárias, durante o horário de atendimento ao público, é necessária a presença de, no mínimo, dois vigilantes, os quais deverão estar equipados com coletes balísticos.
- 101** A prestação de serviços de segurança privada de forma cooperada entre pessoas jurídicas especializadas depende de prévia autorização do DPF.
- 102** As atividades de vigilante e de vigilante supervisor podem ser exercidas por brasileiro nato ou naturalizado, sendo requisitos específicos mínimos para ambas as atividades a idade mínima de 21 anos e a conclusão do ensino médio.
- 103** Em condomínios edilícios que possuam serviços orgânicos de segurança privada, é vedado utilizar animais na execução de atividades de segurança.
- 104** A segurança de eventos em espaços de uso comum do povo e a segurança perimetral nas guaritas são consideradas serviços de segurança privada.
- 105** A aprovação dos modelos de uniformes adotados pelos prestadores de serviço de segurança privada é competência da Polícia Federal, à qual também cabe realizar, obrigatoriamente, ao menos uma vistoria anual nas dependências de instituições financeiras.

#### Espaço livre

Considerando o disposto na Lei n.º 10.357/2001 e o disposto na Lei n.º 12.830/2013, julgue os itens subsecutivos.

- 106** Um inquérito policial em curso somente poderá ser avocado ou redistribuído por superior hierárquico do delegado de polícia, mediante despacho fundamentado, por motivo de interesse público ou nas hipóteses de inobservância dos procedimentos previstos em regulamento da corporação que prejudique a eficácia da investigação.
- 107** O ministro de Estado da justiça e segurança pública pode atualizar a lista de produtos químicos a serem controlados, definida por meio de portaria, incluindo ou removendo produtos, independentemente de proposta do DPF, da Secretaria Nacional Antidrogas ou da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- 108** É exigida autorização prévia do DPF para importação, exportação ou reexportação de produtos químicos que possam ser utilizados como insumo na elaboração de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, exceto no caso de substâncias que não estejam sob controle do órgão competente do Ministério da Saúde.
- 109** Pessoa física que exerça atividade sujeita a controle e fiscalização cometerá infração administrativa se deixar de informar ao DPF qualquer suspeita de desvio de produto químico controlado, para fins ilícitos.
- 110** Os recursos relativos à cobrança da taxa de controle e fiscalização de produtos químicos, à aplicação de multa e à alienação de produtos químicos previstas na Lei n.º 10.357/2001 constituem receita do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD).
- 111** As instituições de ensino, públicas e privadas, as entidades de caráter assistencial que comprovem essa condição e os órgãos da administração pública direta e indireta federal, estadual e municipal são isentos do pagamento da taxa de controle e fiscalização de produtos químicos.

Com base na Lei de Migração (Lei n.º 13.445/2017), julgue os itens a seguir.

- 112** A expulsão é medida administrativa, e não judicial, que se caracteriza pela retirada compulsória de migrante ou visitante do território nacional, conjugada com o impedimento de reingresso por prazo determinado.
- 113** A repatriação, a deportação e a expulsão coletivas são vedadas, entendendo-se por repatriação, deportação ou expulsão coletiva aquela que não individualiza a situação migratória irregular de cada pessoa.
- 114** Brasileiro que se estabeleça no exterior, ainda que de forma temporária, será considerado emigrante.
- 115** Quando um visto diplomático ou oficial é transformado em autorização de residência, as prerrogativas decorrentes do visto são mantidas.
- 116** Se um estrangeiro for expulso do território brasileiro, a sua expulsão deverá ser feita para o país de sua nacionalidade ou de sua procedência, ainda que outro país o aceite.
- 117** Um dos princípios da política migratória brasileira previsto expressamente na Lei de Migração é o da independência nacional.

À luz do Estatuto do Desarmamento (Lei n.º 10.826/2003), julgue os próximos itens.

- 118** Constitui crime a conduta de importar, a qualquer título, arma de fogo sem autorização da autoridade competente, sendo aumentada da metade a pena aplicável se a arma de fogo for de uso proibido ou restrito.
- 119** No território nacional, a autorização para portar arma de fogo de uso restrito é competência da Polícia Federal, prescindindo tal concessão de autorização do Sistema Nacional de Armas (SINARM).
- 120** A comercialização de munições entre duas pessoas físicas é permitida desde que haja a devida autorização do Sistema Nacional de Armas (SINARM).